

O EMPREGO DE CONJUNÇÕES COORDENATIVAS EM TEXTOS TÉCNICOS E JORNALÍSTICOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO¹

Elisete Maria de Carvalho MESQUITA (ILEEL-UFU)²

RESUMO: As conjunções coordenativas, assim como vários outros elementos que contribuem para o universo textual, vêm merecendo variadas perspectivas de análise ao longo da história lingüística. Tais diferentes pontos de vista, indubitavelmente, contribuíram para a visão mais ampla que hoje normalmente se tem quando o assunto é conexão lingüística. Pode-se dizer que, independentemente da ótica adotada para a análise, é consenso entre os estudiosos a necessidade de se considerar o contexto no qual os conectivos se inserem, pois é ele o ponto-chave para se chegar a explicações e/ou conclusões sobre o uso dos elementos em questão. Na esteira dessa tendência, este estudo objetiva fazer algumas considerações a respeito da relação gênero³ textual/emprego de conjunções coordenativas.

Para isso, apoiar-nos-emos na proposta de tipologia textual de Paredes Silva (1995) e em pressupostos teóricos da Lingüística Textual e da Gramática Funcional.

ABSTRACT: The coordinative conjunctions as many others elements that appear in the textual universe have frequently become an object of varied perspectives of analysis during the lingüistic's history. Such different perspectives, doubtless have been important to enlarge the views of lingüistic connection.

It is possible to say, independently of the chosen perspective, that among researches it is certain the necessity of considering the context in which they are, because it's important to get explanations or conclusions about the use of those elements. According to this tendency, this research intends to make some considerations about the textual genres-coordinative conjunctions use relation. Therefore, we will be based on the purposes of textual typology of Paredes Silva (1995) and on the Textual Lingüistic and Functional Grammar theories.

1. Considerações iniciais

A coordenação é um fenômeno lingüístico amplo e complexo, discutido e analisado em muitas línguas sob diferentes pontos de vista. Talvez por existir tal variedade de tratamentos é que os autores que tratam desse fenômeno travam uma verdadeira guerra, defendendo de modo passivo ou mais radical as teorias nas quais se inserem.

Considerando essa grande variedade de posicionamentos sobre o processo coordenativo, objetiva-se, neste estudo, analisar a frequência e os valores das prototípicas⁴ conjunções coordenativas **e**, **mas**, **ou**. Na tentativa de se verificarem diferentes valores quanto ao emprego desses elementos de coordenação, analisaram-se textos técnicos e jornalísticos, constituídos de ocorrências efetivamente realizadas na língua escrita do Brasil. Esse *corpus* foi selecionado a partir do Banco de Dados montado no Laboratório de Lexicografia do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara – SP, sendo que para este caso específico, foram escolhidos os textos técnicos e jornalísticos devido ao fato de tais tipos de texto, pelo menos hipoteticamente, apresentarem características formais e funcionais um tanto distintas, conforme item 3.0 deste estudo.

Os textos técnicos e jornalísticos são compostos de ocorrências reais da língua portuguesa, o que, direta e indiretamente, pede uma teoria que considere a língua em uso. Daí a opção pelo apoio teórico no Funcionalismo e na Lingüística Textual, modelos de análise que procuram trabalhar com os níveis sintático, semântico e pragmático de uma maneira integrada. Na verdade, o apoio em obras textuais-funcionalistas é muito útil ao que se pretende neste estudo, principalmente porque conectivos como **e**, **ou**, **mas** são

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada “As legítimas conjunções coordenativas do português contemporâneo”, concluída em 2003 pela UNESP/Araraquara-SP e financiada pela FAPESP.

² Professora adjunta do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia – MG – Brasil – elismcm@terra.com.br.

³ **Gênero** é entendido neste estudo, segundo Dolz e Schneuwly (2004).

⁴ De acordo com Mesquita (2003), as conjunções que mais bem representam a coordenação são **e**, **mas** **ou**.

responsáveis pela boa ou má estruturação textual, sendo, portanto, interessante verificar como os falantes da Língua Portuguesa usam esse tipo de elemento em seus textos.

2. O processo conectivo na Língua Portuguesa

Sabe-se que os conectivos, de modo geral, devem ser analisados em concordância com o contexto no qual se inserem. Tal verdade confere a elementos desse tipo um estatuto diferenciado, uma vez que o **texto**⁸ passa a ser o maior referencial, ou seja, os conectivos só adquirem sua verdadeira identidade a partir de sua relação com outros itens lingüísticos que com eles dividem uma determinada situação discursiva. É o que pensam Halliday e Hasan (1976), para quem os elementos conjuntivos não são coesivos por si mesmos, pois expressam significados que são dependentes de outros componentes do discurso.

Sob um ponto de vista mais abrangente, Barros (1994, p. 07) lembra que existem, pelo menos, duas maneiras diferentes de se (pre)ocupar com o texto, as quais podem também delimitar a área de atuação dos pesquisadores. De acordo com essa autora:

Os que se dedicam ao exame “interno” do texto e aqueles que se devotam à sua análise “externa” se recriminam e se criticam uns aos outros: os primeiros são acusados de reducionismo, de empobrecimento e de desconhecimento da história; os últimos, de subjetividade e de confundirem a análise do texto com outras análises. No entanto, o texto só existe quando concebido na dualidade que o define - objeto de significação e objeto de comunicação.

Entende-se que a aceitação da dualidade do texto, conforme coloca Barros (1994) significa não fazer uma análise exclusivamente formal de um texto. Ao contrário, significa considerar os elementos que possam extrapolar o contexto interno. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para que os elementos coesivos, como as conjunções, por exemplo, sejam devidamente entendidos, é necessário que se considerem os fatores não somente sintáticos, mas também e, principalmente, os semânticos e os pragmáticos envolvidos na situação comunicativa.

A partir dessa visão mais ampliada, é possível perceber que as conjunções coordenativas não são simplesmente elementos que servem para unir as partes (palavras, orações, enunciados) de um texto. Na verdade, elas são itens lingüísticos tão relevantes em um texto, que o seu emprego inadequado pode acarretar problemas localizados ou generalizados na comunicação. Koch e Travaglia (1995, p. 38) exemplificam como o uso inadequado de um conector pode gerar problemas de interpretação de um determinado enunciado:

*João foi à festa, **todavia** porque não fora convidado.*

Os autores explicam que esse é um enunciado incoerente, pois o uso de **TODAVIA** pressupõe uma continuação que não aparece. Além dessa explicação fornecida pelos autores, pode-se acrescentar que em muitas situações, dois elementos com a mesma função não devem coocorrer no mesmo enunciado, conforme Neves (2000). Daí tal construção soar estranha.

Na busca de explicações e soluções para os problemas relacionados à coesão e à coerência textuais, os pesquisadores, a exemplo de Koch e Travaglia (1995), procuram mostrar claramente como funcionam os elementos coesivos de uma língua e como tais elementos se definem no texto em que se inserem. A partir de tal busca, constata-se diferenciadas propostas para o tratamento dos expedientes lingüísticos que podem ou não contribuir para o estabelecimento da coesão de uma produção lingüística qualquer. Dentre tais propostas, o trabalho pioneiro de Halliday e Hasan (1976), já mencionado nesta pesquisa, constitui referência básica para os que se interessam pelo estudo do texto. Numa perspectiva semântica, esses autores analisam alguns tipos de relação que estabelecem a coesão. São eles: a **referência**, a **substituição**, a **elipse** e a **CONJUNÇÃO**⁵. Este último tipo de relação semântica coesiva é particularmente interessante para o que é proposto neste estudo.

⁸ O termo **texto** é entendido neste estudo tal qual aparece em Halliday e Hasan (1976, p. 01) “ the word text is used in Linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form a unified whole. We know, as a general rule, whether any specimen of our own language constitutes a TEXT or not”.

⁵ Sempre que o termo **conjunção** aparecer em maiúsculas significa que ele é empregado em um sentido mais amplo. **Conjunção**, nesses casos, é um processo coesivo, **junção** ou **conexão** para muitos autores. Os demais e repetidos usos do termo (em letras minúsculas) estão relacionados aos elementos gramaticais ou categorias que representam uma das classes de palavras.

A CONJUNÇÃO, que segundo Halliday e Hasan (1976, p. 227) é “a specification of the way in which what is to follow is systematically connected to what has gone before”, difere dos demais tipos de relação coesiva estudados por esses dois autores, justamente porque funciona, mais ou menos, de forma presa, dependendo de outros elementos vizinhos, para que seu valor seja verdadeiramente definido. Para esses autores, há quatro tipos principais de relação conjuntiva: **aditiva, adversativa, causal e temporal**.

Mira Mateus *et aliae* (1989), tratando dos mecanismos de estruturação textual, apresentam ponto de vista semelhante ao de Halliday e Hasan (1976). No entanto, a terminologia adotada pelas autoras portuguesas difere em alguns pontos. Para elas, os **conectores lingüísticos** ou **juntivos** podem exprimir diversos valores, dentre os quais merece destaque o conector aditivo **e**, que pode funcionar como elemento mais ou menos polivalente, na medida em que pode estabelecer variados tipos de relação semântica, como também comprova Mesquita (2003). Essas autoras também destacam o valor dos elementos conectivos para a estruturação e para a compreensão de um texto/discurso⁹, sendo que para elas, a conectividade é responsável pela boa interpretação de duas ou mais ocorrências textuais que estejam ligadas ou associadas por meio de elementos de coesão. Sendo assim, são três os tipos de junção, a saber: **conjunção** ou junção aditiva, **disjunção** ou junção alternativa, **contrajunção** ou junção contrastiva. De modo geral, pode-se afirmar que esses são os tipos de relação coordenativa comumente lembrados pela grande maioria dos autores que tratam do fenômeno conectivo.

Em consonância com essa classificação, este estudo considera apenas as conjunções **e, mas, ou** como representativas das relações propostas por Mira Mateus *et aliae*, respectivamente.

3. As prototípicas conjunções coordenativas do português contemporâneo do Brasil

A terminologia referente às subclasses de conjunções de coordenação, bem como o número de elementos que representa cada uma dessas subclasses varia muito de autor para autor. Lenz (1935) salienta que uma classificação rigorosa das conjunções existentes é impossível, porque muitas delas se prestam a finalidades diferentes, completando ainda que a linha que divide **conjunção, advérbio relativo e advérbio** em geral é muito tênue e de difícil delimitação.

Consciente de que existem número e terminologia diferenciados para as conjunções coordenativas, este estudo baseia-se no modelo proposto pelas gramáticas de Bechara (1999) e Neves (2000), por exemplo, que entendem que as classes de conjunções coordenativas são apenas três: **as aditivas, as adversativas e as alternativas**. Não se deseja criticar o trabalho desenvolvido pelos gramáticos tradicionalmente orientados, nem sequer discordar da teoria lingüística que eles defendem. Na verdade, tem-se a intenção de buscar apoio nos pontos positivos apresentados por esses autores, e, quando se fizer necessário, apontar as possíveis falhas existentes nos trabalhos por eles desenvolvidos, com o intuito de tentar apresentar possíveis esclarecimentos quanto ao processo coordenativo. Como diz Borba (1971, p. 06):

Para criticarmos e abandonarmos os pontos de vista tradicionais, precisamos estar plenamente convencidos da validade da nossa orientação [...] Já vimos em Lingüística, posturas teóricas “avançadas” que nada mais são do que reelaborações da gramática filosófica dos séculos XVII e XVIII ou da retórica clássica.

Apesar de não se desmerecer todo o respeitável trabalho da Tradição Gramatical e de autores que nela se baseiam, é preciso deixar claro que este estudo contraria em muitos aspectos tal tradição, na medida em que não adota a classificação proposta por ela, nem tampouco acredita que o escopo das conjunções seja o apresentado pelos manuais tradicionais.

4. Algumas características dos textos técnicos e jornalísticos

A discussão sobre gênero pode ser de grande valia, uma vez que o *corpus* usado é constituído de dois diferentes tipos de textos, com características formais e funcionais distintas. Parte-se da hipótese de que o gênero textual pode favorecer o emprego diferenciado de pelo menos alguns dos tipos de conectivos analisados.

Considerar essas características distintas dos tipos textuais escolhidos para tal estudo significa concordar com muitos autores que defendem o estudo individual dos vários gêneros textuais “descobertos”

⁹ Diferentemente da grande maioria dos estudiosos do **texto** e do **discurso**, Mira Mateus *et aliae* (1989) usam esses dois termos como sinônimos.

no decorrer da história lingüística e literária. Paredes Silva (1995, p. 05) aponta que: uma classificação dos gêneros do discurso se torna necessária, na medida em que cada gênero impõe restrições específicas à medida como se começa ou acaba um texto, e se associa a determinadas situações de uso, e não a outras.

No entanto, os autores em geral parecem ficar muito pouco à vontade quando o assunto é **tipologia textual** ou **gêneros discursivos**, o que, em parte, se deve ao fato de os gêneros não serem homogêneos e apresentarem características de um certo gênero textual que se adequam muito bem a outros. Diante da dificuldade de classificação para os gêneros discursivos, surgem propostas de estudo que visam a esclarecer pelo menos algumas dessas dificuldades.

Segundo Paredes Silva (1995), é ponto pacífico entre os estudiosos a existência de dois critérios básicos para a classificação do discurso em diferentes gêneros: critérios **formais/estruturais** e critérios **funcionais**. Para ela, os critérios formais /estruturais estão associados à visão teórica formalista/estruturalista, que toma as relações das unidades constituintes do discurso como independentes das relações funcionais com o contexto. Os critérios funcionais, por seu lado, associados à visão teórica funcionalista, têm o discurso como unidade de língua em uso. Juntos, esses dois critérios são responsáveis pela elucidação de fatos importantes presentes no discurso. Apesar de defender a união desses dois critérios, a autora salienta a importância dos aspectos funcionais e cita Hymes (1974), que privilegia categorias de uso, e não categorias estruturais, tendo, portanto, uma posição claramente funcionalista no que diz respeito ao discurso.

Schiffrin (1994) também adota ponto de vista funcional ao distinguir as **estruturas textuais/unidades discursivas/tipos de textos** das **estruturas de informação**. Dentre as unidades discursivas, são destacadas as **narrativas**, que se caracterizam por contar algo que aconteceu, sendo o **evento** a sua entidade básica e as **listas**, que descrevem uma categoria, sendo a **entidade** a sua unidade básica.

A interação dos critérios formais com os funcionais deve ser levada em conta numa situação analítica, pois ela é reveladora de aspectos relevantes para a compreensão de um determinado gênero textual, em sentido lato. Considerando essa junção, entende-se mais facilmente que o texto técnico caracteriza-se pela presença de dissertação, objetividade, estrutura expositiva/argumentativa e possui uma característica peculiar que o distingue dos demais tipos: a ausência de afetividade lingüística, uma vez que o objetivo maior é informar, convencer o leitor/ouvinte, de maneira clara, objetiva e precisa sobre o teor do que é veiculado. Segundo Garcia (2000, p. 394) os princípios básicos em que se assenta a redação técnica “são os mesmos de qualquer tipo de composição (clareza, correção, coerência, ênfase, objetividade, ordenação lógica, etc), embora sua estrutura e seu estilo apresentem algumas características próprias”.

No Brasil são raros os estudos que se dedicam exclusivamente ao tratamento do texto técnico, como lembra Chamadoira (1997). No entanto, como representante do texto dito **científico**, é possível encontrar alguns comentários sobre esse gênero textual em obras que lidam com o assunto. Parece que esse gênero não conta, definitivamente, com muitos pontos favoráveis. Daí ser menos conhecido e, até mesmo, menos valorizado dentro do universo dos gêneros textuais. Prestigiados ou não, a verdade é que existem muitos tipos de textos que podem ser classificados como redação técnica ou científica, dentre os quais Garcia (2000) cita os **manuais**, as **teses** e os **relatórios**. Esses e vários outros representantes do texto técnico estão muito bem detalhados também em Severino (2002).

Os autores que têm o texto técnico como objeto de estudo concordam que ele apresenta as seguintes características:

- Linguagem monossêmica;
- Vocabulário específico ou léxico especializado;
- Objetividade;
- Emprego de voz passiva com grande frequência;
- Preferência pelo emprego do tempo verbal presente.

As características apontadas acima coadunam-se com o objetivo principal de qualquer produção de cunho técnico, ou seja, transmissão de conhecimentos de forma clara e imparcial. Embora a objetividade e a neutralidade sejam fiéis parceiras do texto técnico, não se pode afirmar que esse gênero textual seja isento das marcas de seu autor. Chamadoira (1997, p. 269) afirma que, quando há a troca da 3ª pessoa do singular pela 1ª pessoa do plural, por exemplo, o autor tem a intenção de conquistar o seu interlocutor, tornando-o um parceiro “na assunção das informações dadas, numa forma de estratégia argumentativa”. Segundo Mesquita (1999), alguns autores de textos técnicos não dispensam o uso de determinados verbos e advérbios, por exemplo, expedientes que têm a função de modalizar o discurso. Nesse sentido, Chamadoira (1997) diz que a

modalização, nesse gênero, pode aparecer de maneiras implícita e/ou explícita, sendo que sob essa última forma verificam-se construções específicas, tais como as **nominalizações**, a **voz passiva**, por exemplo.

Koch e Fávero (1987) também entendem que todo gênero textual possui a argumentatividade, porém essa aparece de modo mais intenso e explícito em alguns textos e de modo menos intenso e explícito em outros. Para complementar a afirmação dessas autoras, cita-se Benveniste (1995), defensor da idéia de que o sujeito está sempre presente no texto, não havendo, portanto, texto neutro ou imparcial.

Diferentemente do texto técnico, o jornalístico parece despertar maior interesse nos pesquisadores, uma vez que não são poucas as obras existentes que têm esse gênero como ponto de discussão ou como *corpus*. Esse maior interesse pelo texto jornalístico pode estar associado ao fato de dentro desse gênero inserirem-se várias outras modalidades textuais (crônicas, noticiários, correspondências, entrevistas, etc), que chamam a atenção por apresentarem características distintas e, ao mesmo tempo, formarem um todo que se costuma denominar **gênero jornalístico**.

Vasconcelos (1999) define o texto jornalístico como aquele que tem o objetivo de informar a comunidade consumidora sobre o que acontece em seu país e no mundo, procurando-se ser isento a respeito do que se relata. Os comentários da autora acima citada assemelham-se muito aos de Guilard (1994), que trata desse gênero destacando a **informatividade** como um dos fatores responsáveis pela textualidade, conforme estudos da Linguística Textual. Vasconcelos (1999), citando Lage (1990), entende ainda que o texto jornalístico possui caráter específico, na medida em que lida com a informação e a transforma em notícia para o consumo imediato de leitores assíduos ou eventuais.

De certa forma, pode-se dizer que os textos técnicos e jornalísticos são parecidos, uma vez que ambos procuram transmitir o conhecimento/informação (de natureza diferenciada), de forma neutra, utilizando-se de linguagem clara e objetiva. No entanto, o caráter heterogêneo do texto jornalístico, a linguagem e os efeitos de sentido que ela causa podem fazer que, em muitas situações, a linguagem adotada perca essa característica. Além do mais, existem vários tipos de informações jornalísticas, algumas das quais não objetivam, necessariamente, a imparcialidade ou a neutralidade. Afinal, há aqueles autores que se colocam como “eles mesmos” em seus textos, opinando e criticando, por exemplo. Lembra-se, entretanto, que tais características não se manifestam na mesma proporção no texto técnico e no jornalístico, sendo que a linguagem referencial, monossêmica e altamente objetiva é facilmente verificada no primeiro gênero, ao passo que a argumentatividade é característica que, indubitavelmente, se sobressai na segunda modalidade textual mencionada.

5. A relação conjunções coordenativas/gênero textual

Com o objetivo de verificar a frequência de **e**, **mas**, **ou**, fez-se o levantamento dessas conjunções no *corpus* analisado. A tabela que se segue apresenta os resultados obtidos a partir dessa análise:

Tabela 01: Total geral de ocorrências das **conjunções coordenativas** nos textos do Português do Brasil (P.B.).

Classe de conjunção coordenativa	Conjunção representante	Texto Técnico	Texto Jornalístico	Total ⁶
Aditiva	E	1909	1558	3467
Adversativa	Mas	191	209	400
Alternativa	Ou	417	153	570

b

A conjunção coordenativa aditiva **e**, como se esperava, atingiu o maior número de ocorrências (1909/LT⁷ e 1558/LJ), seguida, com uma distância considerável, pela conjunção alternativa **ou** (417/LT e 153/LJ), vindo logo depois a adversativa **mas** (191/LT e 209/LJ). Apesar do grande número de ocorrências registrado no *corpus* analisado, os enunciados com as prototípicas conjunções coordenativas do Português

⁶ Para este estudo, selecionaram-se 450 *kbytes* de cada tipo de texto (225 para o Texto Técnico e 225 para o Jornalístico), o que no total, corresponde a 286 páginas, 1300 linhas e 2597 parágrafos de textos produzidos por falantes da língua portuguesa, o que significa 5029 ocorrências analisadas.

⁷ As abreviaturas que aparecem após o número de ocorrências das conjunções analisadas e no final dos enunciados (1 a 5, a seguir) correspondem a: Literatura técnica (L.T.), Literatura Jornalística (L.J.) e Português Brasileiro (P.B.).

não revelam características que possam ser interpretadas unicamente em consonância com o gênero no qual se inserem. Se por um lado as ocorrências não são portadoras de grandes novidades, por outro, isso não significa que essas ocorrências sejam destituídas de complexidade, a exemplo do que se verifica na maioria dos manuais gramaticais que circula em contexto nacional. Apresentam-se a seguir algumas ocorrências que constam do material examinado e, que, de certa forma, comprovam o poder das conjunções **e**, **mas**, **ou**.

1) *Embora fosse impossível - E não seja necessário - levar à consideração do chanceler, E mesmo do secretário geral, cada um dos telegramas expedidos diariamente para os postos espalhados pelo mundo, E deles recebidos, mantêm-se a nobre ficção, que lembra as origens da função diplomática E adverte o agente diplomático da sua responsabilidade como representante de um governo junto a outro;* (L.T. – P.B.);

2) *Sobre o Peru, afirmou que os militares estão "ajudando o presidente Fujimori a consolidar o regime e restaurar a economia peruana". E arrematou falando do Brasil: "quando nós temos problemas sérios, são sempre as forças armadas que são chamadas a resolvê-los".* (L.J. – P.B.);

3) *Haverá uma educação específica da adolescência, outra da infância escolar e uma outra da infância pré-escolar? OU, sendo o indivíduo um todo em crescimento contínuo, não constituirá ele uma unidade que não pode ser fragmentada em períodos diferentes para tratamentos diferentes?* (L.T. – P.B.).

4) *Resta explicar, nesse caso, por que a escaramuça do Pacaembu reprisou, dois anos depois, piorado, o arrastão de 1992 no Rio de Janeiro. OU por que Corumbiara, nos cafundós da Amazônia, copia no estilo do governador do massacre de Carandiru.* (L.J. – P.B.);

5) *Em termos gerais, as mulheres estão em melhores condições físicas do que os seus companheiros da mesma idade.*

- *Mas, a mulher não se preocupa muito mais com a beleza e a aparência do que o homem?* (L.J. – P.B.);

Uma breve comparação entre os enunciados acima, que representam o universo de ocorrências analisadas tanto no que respeita ao texto técnico quanto ao jornalístico, revela a ausência de muitos traços que possibilitam a afirmação de que se trata de enunciados típicos das modalidades textuais examinadas, principalmente se as considerações relativas a um e outro tipo, apresentadas no item anterior, forem levadas em conta. Na verdade, os enunciados apresentados nesse estudo são passíveis de ocorrerem em qualquer gênero textual, sendo que o que os torna especiais, de certa forma, é simplesmente o fato de as conjunções coordenativas neles inseridas apresentarem características que extrapolam a análise formal que normalmente as gramáticas normativas fazem. Neste sentido, o que, imediatamente, chama a atenção é a quantidade de conjunções que aparece num único enunciado – caso da ocorrência (1) – situação, aliás, pouco lembrada pelos manuais gramaticais, como se os falantes de uma língua produzissem apenas enunciados curtos, dotados de pouca complexidade, nos quais aparecem uma única e rasa conjunção coordenativa. Num segundo momento, destaca-se o poder de relação das conjunções **e**, **mas**, **ou** – caso das ocorrências de (2) a (5) – em que o escopo dos elementos em questão não se restringe à união de termos ou orações, mas liga enunciados mais complexos, responsáveis, às vezes, pela introdução de novos aspectos discursivos à situação discutida.

Assim, as análises isolada e contrastiva, que possibilitaram resultados reveladores do perfil das prototípicas conjunções coordenativas do Português, autorizam a afirmação de que as conjunções examinadas possuem comportamento sintático-semântico muito semelhante, na medida em que não se verificaram grandes disparidades em relação aos números e porcentuais apresentados por uma ou outra quando comparadas, o que leva à conclusão de que não existem muitos traços que distinguem as coordenativas **e**, **ou**, **mas** no contexto examinado.

Devido ao fato de se trabalhar com elementos gramaticais, já se esperava que a análise desses elementos com relação a diferentes tipos de textos não fosse capaz de revelar valores mais, ou menos, inovadores. Isso porque, itens gramaticais que são, as conjunções **e**, **ou**, **mas** não dependem de um determinado gênero para que suas características e valores sejam revelados de forma mais/menos específica. Os resultados mostram exatamente o que era, até certo ponto, presumível. Dessa maneira, os textos técnicos e jornalísticos apresentam índices muito próximos para praticamente todas as ocorrências analisadas.

Embora se tenha detectado a presença de uma grande variedade de valores das conjunções **e**, **ou**, **mas**, os resultados comprovam que a grande maioria das ocorrências analisada pode ser classificada como a

representação mais comum de cada uma das conjunções estudadas. Tanto é verdade que poucos são os exemplos retirados do *corpus* cujos valores não estejam contemplados nas principais gramáticas que circulam no Brasil, pois os resultados obtidos com a pesquisa revelam também que a grande maioria dos enunciados analisados pode ser classificada como “ocorrência comum”, sendo que as conjunções neles inseridas unem, preferencialmente, **orações**, situação muito lembrada nas gramáticas normativas de Língua Portuguesa. Deve-se lembrar, entretanto, que não é sempre que as conjunções coordenativas observadas se encaixam em tal perfil. Por isso, acredita-se que as gramáticas poderiam explorar mais as outras possibilidades desses elementos de conexão, mesmo que elas sejam menos frequentes.

Se, por um lado, o contraste entre dois tipos textuais distintos não foi muito revelador, por outro não se pode dizer, de maneira alguma, que esses dois tipos de texto não sejam muito bem servidos das mais diversas espécies de enunciados, que, por sua vez, conservam em si ricos e variados valores das conjunções observadas.

6. Referências bibliográficas

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1994.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

BORBA, F. da S. Sistemas de preposições em português. 1971. 230 f. Tese (Livre-Docência em Lingüística e Letras Orientais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

CHAMADOIRA, J. B. N. Construindo o texto técnico: linguagem e ensino. 1997. 333 f. Tese (doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 19. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GUILARDI, M. I. A informatividade no discurso jornalístico. **Letras**, Campinas, v.13, n. 1-2, p. 1-13, dez. 1994.

HALLIDAY, M. A. K. ; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HYMES, D. **Foundations in Sociolinguistics**. Philadélfia: University of Philadélfia, 1974.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras e Letras**, Uberlândia, v.3, n. 1, p.3-10, jun. 1987.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1995.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.

LENZ, R. La oración y sus partes. **Estudios de gramática general y castelhana**. 3. ed. Madrid: Arcos Libros, 1935.

MESQUITA, E. M. de C. A modalidade deôntica: um estudo na língua escrita contemporânea do Brasil. 1999. Dissertação (mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999, 149 f.

_____. As legítimas conjunções coordenativas do português contemporâneo. 2003. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2003, 238 f.

MIRA MATEUS, M. H. *et aliae*. **Gramática da língua portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

_____. **b. Gramática da Língua Portuguesa**. 5^a ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PAREDES SILVA, V. L. Forma e função nos gêneros de discurso. Artigo baseado em relatório apresentado ao CNPq. Pesquisa de Pós-Doutorado desenvolvida na Universidade de Georgetown, 1995 (processo nº 211042794).

SCHIFFRIN, D. **Approaches to Discourse**. Cambridge: Blackwell, 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22^a ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, S. I. C. C. de (Org.). **Os discursos jornalísticos**: manchete, reportagem, classificados e artigo. Itajaí: Ed. da Univali, 1999.